

**LUTA PELA TERRA E RESISTÊNCIA: O EXEMPLO DO
ASSENTAMENTO 20 DE MARÇO NO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS-
MS**

**STRUGGLE FOR LAND RESITANCE: THE EXAMPLE OF THE 20 DE
MARÇO SETTLEMENT IN THE MUNICIPALITY OF TRÊS LAGOAS-
MS**

**LUCHA POR LA TIERRA Y LA RESISTENCIA: EL EJEMPLO DEL 20
DE MARZO EN EL MUNICIPIO DE TRÊS LAGOAS-MS**

Amanda Júlia de Freitas Mariano¹

Jodenir Calixto Teixeira²

RESUMO: O Assentamento 20 de Março, localizado no município de Três Lagoas, no estado de Mato Grosso do Sul, é um exemplo de luta e permanência na terra, pois está presente em uma área de forte presença do agronegócio, especialmente do monocultivo de eucalipto, além de estar em uma região na qual a formação e as políticas públicas foram todas pensadas e orientadas a favor do grande produtor. Os pequenos produtores da agricultura familiar do Assentamento 20 de Março se mostram resistentes na busca de alternativas que os mantenham na terra. Ao contrário do agronegócio, para a agricultura familiar a terra é simbólica, território de reprodução social, e cultural. Esse artigo originou-se da monografia defendida junto ao curso de graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Três Lagoas (CPTL), no ano de 2018, e apresenta como principal objetivo analisar e evidenciar o processo de resistência do Assentamento 20 de Março, em uma região rodeada pelo monocultivo de eucalipto e com um quadro de estrutura fundiária extremamente concentrada.

PALAVRAS-CHAVE: Concentração Fundiária; Agronegócio; Reforma Agrária; Agricultura Familiar; Assentamento.

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- UFMS, campus de Três Lagoas. Membro do Laboratório de Estudos Regionais-LABER.

² Professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, campus de Três Lagoas. Coordenador do Laboratório de Estudos Regionais-LABER.

ABSTRACT: Land concentration; agribusiness; land reform; Family farming; settlement
The 20 de Março settlement, located in the municipality of Três Lagoas, in the state of Mato Grosso do Sul, is an example of struggle and permanence in the land as it is presented in an area of Strong agribusiness presence especially from eucalyptus monoculture, besides to be in region where the formation and public policies were all thought and oriented in favor of the big producer. Smallholder Family farmers in the 20 de Março settlement are resilient in their search for alternatives to keep them on land. Unlike agribusiness, for family farming land is symbolic, a territory of social, and cultural reproduction. This article originated from the monograph defended by the undergraduate course in Geography of the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas, campus (CPTL), in 2018, and its main objective is to analyse and highlight the resistance process of the 20 de Março settlement, in a region surrounded by eucalyptus monoculture and with a highly concentrated land structure.

KEYWORDS: Land concentration; agribusiness; land reform; Family farming; settlement.

RESUMEN: El asentamiento *20 de Março*, ubicado en el municipio de *Três Lagoas*, en el estado de Mato Grosso do Sul, es un ejemplo de lucha y permanencia en la tierra, ya que está presente en un área de fuerte presencia del agronegocio, especialmente del monocultivo del eucalipto, además de estar en una región donde la capacitación y las políticas públicas fueron pensadas y orientadas a favor del gran productor. Los pequeños agricultores de la agricultura familiar del asentamiento *20 de março* se presentan resistentes en su búsqueda para mantenerse en la tierra. A diferencia del agronegocio, para la agricultura familiar la tierra es simbólica, un territorio de reproducción social y cultural. Este artículo se originó a partir de la monografía defendida junto al curso de graduación en Geografía de la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus Três Lagoas (CPTL), en 2018, y su objetivo principal es analizar y resaltar el proceso de resistencia del asentamiento *20 de Março*, en una región rodeada de monocultivos de eucalipto y con una estructura de tierra altamente concentrada..

PALABRAS-CLAVE: Concentración fundiaria; Agronegocio; Reforma agraria; Agricultura familiar; asentamiento.

INTRODUÇÃO

A propriedade da terra sempre foi tema conflituoso no Brasil, fato decorrente da política agrária instaurada no país desde a ocupação colonial, perpassando pela Lei das sesmarias e a Lei de Terras de 1850, marco fundamental para estabelecer a

atual configuração agrária brasileira: um país de dimensões continentais, com estrutura fundiária extremamente concentrada.

Seguindo a lógica agrária brasileira, o estado de Mato Grosso do Sul se destaca com altíssimos níveis de concentração de terra. Almeida (2008) define o estado como paraíso do latifúndio improdutivo, sendo cerca de 8,5 milhões de hectares de latifúndios improdutivos, corroborando para esse cenário de extrema concentração fundiária:

O Estado de Mato Grosso do Sul tem estrutura fundiária concentrada, justamente pelo processo histórico de apropriação capitalista da terra, fortemente ligada ao latifúndio da pecuária extensiva e, nos últimos tempos, ao avanço do agronegócio da soja, da cana e do eucalipto. (NARDOQUE et al, 2013, p.5).

Num contexto de intensa presença de latifúndio improdutivo, extrema concentração de terras, isenções tributárias, forma-se verdadeiro paraíso para a territorialização do agronegócio. Saquet (2007) assegura que o território é compreendido para além de abrigo, mas também como um receptor para investimentos econômicos; a partir daí é possível compreender a territorialização do agronegócio no estado de Mato Grosso do Sul.

Em meio a esse cenário de territorialização do agronegócio, surge a luta dos movimentos socioterritoriais reivindicando um pedaço de chão para produzir e se reproduzir. Entretanto, a luta pela terra no Brasil remonta ao período colonial, desde as lutas dos negros, a presença dos quilombos como forma de resistência, os indígenas exigindo a demarcação de suas terras, territórios quase sempre ocupados por alguma atividade ligada às monoculturas agroexportadoras.

A luta pela terra no Brasil é concomitante a sua colonização, pois, conforme Camacho (2011), a terra sempre foi tratada como negócio, instrumento para gerar lucro e renda; daí a concentração de muitas áreas nas mãos de poucos.

Analisando a conjuntura do estado de Mato Grosso do Sul surge questionamentos em relação à presença da reforma agrária no estado, em meio a um cenário desolador para a sua efetivação e os movimentos sociais se mostram presentes e resistentes ao modelo de agricultura instalado no campo sul-mato-grossense.

Na luta pela reforma agrária, pela produção de alimentos agroecológicos e sem transgênicos aliada ao fim do desmatamento, é notória a resistência de grande

parte dos assentamentos rurais, mesmo em meio à falta de políticas públicas que garantam a sua permanência e reprodução.

As manifestações, nas suas mais variadas formas, são um termômetro dos conflitos em que estão envolvidos os trabalhadores e trabalhadoras do campo brasileiro, do descaso da Justiça e das autoridades maiores deste País com aqueles que diariamente lutam para que o pão esteja presente na mesa de todos. Por outro lado, elas mostram a vitalidade das populações camponesas e suas organizações que querem ser ouvidas e respeitadas e exigem uma nova ordem no campo. (MOTTA, 2007, p.175).

Corroborando com a ideia de os assentamentos serem de fundamental importância e forma de resistência, Moreira e Targino (2007) afirmam que eles também são importantes para o desenvolvimento regional, além de constituírem espaço para construção de uma identidade coletiva.

Nesse contexto, o presente trabalho é fruto da monografia de conclusão de curso, apresentada ao curso de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas, em 2018. A pesquisa buscou analisar e evidenciar o processo de resistência do Assentamento 20 de Março, em uma região rodeada pelo monocultivo de eucalipto e com quadro de estrutura fundiária extremamente concentrada.

Para a realização da pesquisa utilizamos um aporte teórico que trata da questão agrária brasileira, além de autores que pesquisam essa questão no estado de Mato Grosso do Sul. Também foram realizados trabalhos de campo no assentamento.

OS DESDOBRAMENTOS DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA REGIÃO CENTRO-OESTE PARA A FORMAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O estado de Mato Grosso do Sul se destaca dentre os estados brasileiros com maior concentração fundiária, fruto de sua história. O estado nasceu de um processo de ocupação que favoreceu a formação de grandes latifúndios e beneficiou o grande produtor, especialmente com a concessão de créditos subsidiados pelo governo federal. Teixeira e Hespanhol (2006) afirmam que esses investimentos tinham como objetivo a integração do Centro-Oeste na economia nacional.

A região era caracterizada por “grandes vazios” (salientando que estes espaços eram ocupados pelos povos indígenas, estes dizimados em sua maioria) durante a maior parte da história do país. A partir da década de 1940 que o Centro-

Oeste começou a ter expressão, com os programas do Governo Federal que visavam à ocupação e integração da região.

No contexto de ocupação da região Centro-Oeste, Campestrini e Guimarães (1991) afirmam que antes do desmembramento do estado de Mato Grosso já havia uma separação não oficial entre norte e sul, que incluía diferenças geográficas, históricas, administrativas e culturais. Ademais, as atividades eram diferentes, enquanto a ocupação no norte era voltada para extração de riquezas, sem interesse no povoamento, a do sul teve predomínio da atividade voltada para a pecuária extensiva, o que forçava os imigrantes a permanecerem na região.

Assim, no âmbito de possíveis potencialidades para a atividade agropecuária, o sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, teve seu povoamento impulsionado. De acordo com Pavão (2005), seu processo de ocupação antecede o seu desmembramento, inicialmente com a mineração e posteriormente com a vinda das famílias que visavam à posse das terras devolutas, na primeira metade do século XIX.

Com a instalação dessas famílias na região houve a abertura de fazendas, impulsionando a pecuária bovina como principal atividade econômica na região e posteriormente do estado de Mato Grosso do Sul, até o fim do século XX. Atualmente, mesmo com o avanço do monocultivo de eucalipto no estado, ainda há forte presença da pecuária, embora não tão intensa como no século anterior.

Cunha (2002), afirma que no período de especulação para o desmembramento do Estado, o então presidente Geisel apoiava, em seus discursos, que o desmembramento aceleraria o desenvolvimento econômico e social dos estados, especialmente o novo estado: Mato Grosso do Sul. Oficialmente no dia 11 de outubro de 1977, Geisel assinou a criação do estado de Mato Grosso do Sul, através do desmembramento do então estado de Mato Grosso. Entretanto, só em 1º de janeiro de 1979 ocorreu a sua instalação oficial.

O mesmo autor resgata a importância de alguns programas criados na década de 1970, destinados à região, com destaque para o Programa de Desenvolvimento das áreas de Cerrado – POLOCENTRO, com grande relevância para a integração do estado e desenvolvimento das atividades agropecuárias.

Teixeira (2009) chama atenção para a modernização das formas produtivas no Estado de Mato Grosso do Sul viabilizadas pelos incentivos governamentais.

Porém, ressalta que, mesmo com todos os avanços no campo sul-mato-grossense, a concentração fundiária permaneceu, perpetuando a estrutura agrária concentrada e excludente.

Nesse contexto de modernização do campo atrelado aos incentivos governamentais e a concentração fundiária, Fabrini (1996) nos alerta que a concentração de terras nas mãos de minorias, presente na estrutura fundiária do Mato Grosso do Sul, nasceu junto ao Estado, quando o próprio governo sul-mato-grossense vendeu grandes áreas de terras públicas a proprietários fundiários.

Os danos ambientais trazidos por esse processo são incalculáveis. O cerrado sul-mato-grossense foi o principal prejudicado desde que se iniciaram as políticas de povoamento na região Centro-Oeste. Com o início das atividades agropecuárias grande parte do cerrado foi destruída, dando espaço às pastagens. Atualmente, com a silvicultura de eucalipto os problemas se agravaram.

(...) são parte das consequências da ampliação do modelo agrário-agrícola exportador baseado na monocultura com intensivo uso de herbicidas e agrotóxicos que simplificam os ecossistemas e diminuem a biodiversidade. O aumento do desmatamento estimula, inclusive, o crescimento de doenças, como da leishmaniose e malária, nas áreas urbanas (...) (KUDLAVICZ, 2011, p.168).

Além dos inúmeros danos causados à biodiversidade pela silvicultura, há também atenuação dos conflitos agrários. Vale ressaltar que Mato Grosso do Sul está entre os estados brasileiros com maior concentração fundiária. A partir do momento em que as empresas se instalam na região, elas intensificam essas questões, pois as áreas de latifúndios que poderiam ser destinadas à reforma agrária passam a ser ocupadas pelo monocultivo. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2018, há 1.121.914 hectares de silvicultura do eucalipto no estado. No ranking dos cinco municípios com maiores áreas plantadas de eucalipto no Brasil, Três Lagoas lidera com 263.000 hectares.

A transformação da biodiversidade em monoculturas, que acometem países considerados de Terceiro Mundo, é responsável por provocar vários problemas agrários, tais como: a concentração fundiária nas mãos do latifúndio e dos diversos setores do capital; a utilização da terra pelo modelo tecnológico; a biotecnologia, possível causadora de diversos impactos ambientais; as péssimas condições de vida no campo; a política agrícola voltada para os grandes empreendimentos, e, por fim, o empobrecimento da pequena agricultura familiar. (SILVA apud MAURO, 2014, p. 148).

Camacho (2010) nos alerta para a desmistificação de modernidade, na qual o

agronegócio se apresenta, pois não há nada de novo em uma agricultura que promove a expulsão dos povos da floresta, monopoliza a produção dos pequenos agricultores familiares, fomenta a violência no campo, tem toda a sua produção com base em insumos químicos (leia-se veneno), tem prioridade nas exportações e trata a terra como negócio, excluindo todas as culturas históricas que usam a terra como forma de sobrevivência e reprodução cultural, social e identitária.

Nesse sentido Stédile pontua:

Agronegócio é neoliberalismo da agricultura. Esse modelo neoliberal teve a sua amplitude também na agricultura. Selou-se uma aliança subordinada entre os grandes fazendeiros, os capitalistas, que se dedicam à exportação, com as empresas transnacionais que controlam o comércio agrícola internacional, as sementes, a produção de agrotóxicos e a agroindústria. O filhote desse matrimônio chamou-se agronegócio [...] (STÉDILE, 2006, p. 17).

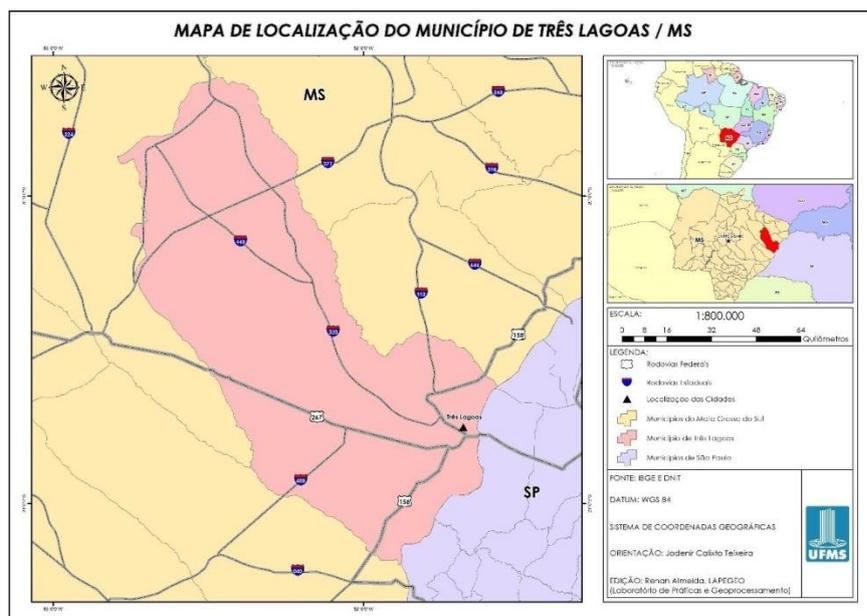
Neste cenário, houve a expansão da silvicultura de eucalipto no Mato Grosso do Sul, acarretando a instalação de empresas do setor de papel e celulose.

O MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS

O município de Três Lagoas está localizado a leste do estado de Mato Grosso do Sul (figura 1) e possuía, em 2017, segundo estimativas do IBGE, 117 mil habitantes.

Durante muitos anos a pecuária foi a principal atividade econômica do município. Com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), que passa pelo município, além da instalação da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sousa Dias (Jupiá), o município ganhou destaque. Entretanto, nas últimas duas décadas o município vem ganhando notoriedade com o processo de industrialização, em especial na última década. Três Lagoas tem recebido investimentos de empresas do setor de celulose, como a Suzano e a Eldorado Brasil.

Localização do município de Três Lagoas-MS Figura 1



Fonte: OLIVEIRA (2017, p.35)

A RESISTÊNCIA DO ASSENTAMENTO 20 DE MARÇO FRENTE AO AVANÇO DO AGRONEGÓCIO NO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS-MS

A estrutura agrária concentrada, créditos ofertados, apoio estadual e federal, faz com que o Mato Grosso do Sul se torne palco para a territorialização do agronegócio da silvicultura, com destaque para a cidade de Três Lagoas, conhecida como a capital da celulose.

De acordo com Silva (2014), o município de Três Lagoas passa por uma reconcentração fundiária, sob o viés do capital industrial. O município foi escolhido para ser sede da fábrica Horizonte, a maior no ramo de celulose e papel do Brasil, tendo suas atividades iniciadas no ano de 1988. Em 2012 também foi instalada no município a fábrica Eldorado Brasil, nas proximidades da área urbana.

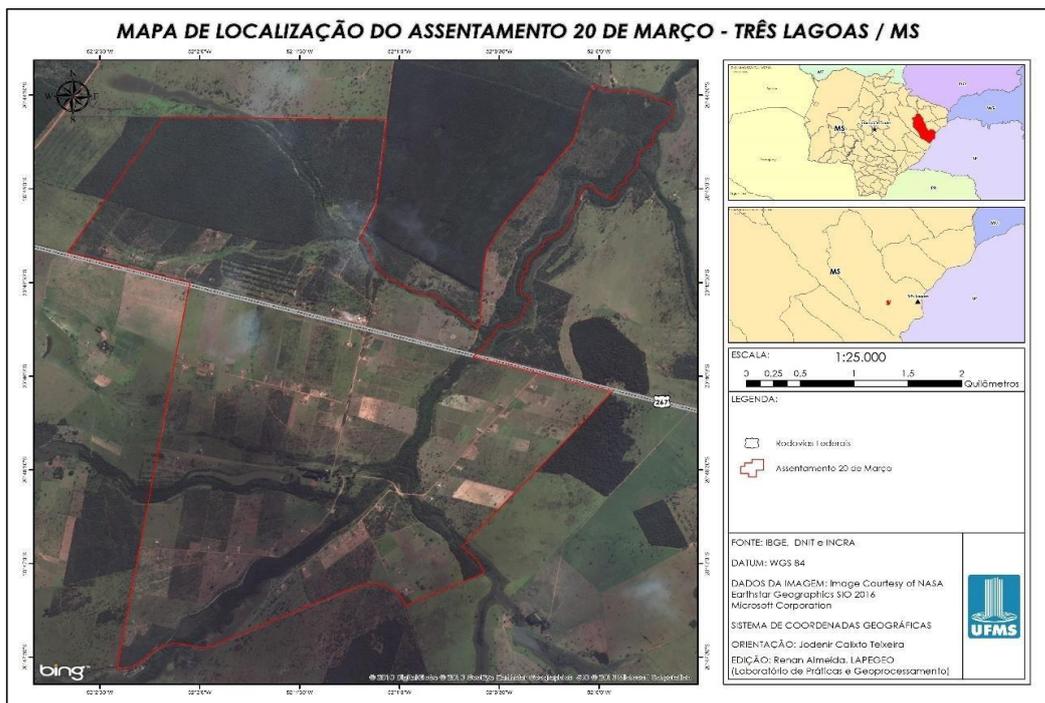
Nessa perspectiva, há a aceleração do agronegócio no município e em detrimento ocorre a desaceleração da reforma agrária, devido à expansão da silvicultura do eucalipto.

Entretanto, em meio ao cenário desolador de intenso avanço do monocultivo de eucalipto, presença de latifúndios improdutivos e grandes áreas destinadas à pecuária, está o Assentamento 20 de Março.

O assentamento 20 de Março localiza-se à latitude 20° 45' 04''S e longitude 51° 40' 42'' O, como mostra a figura 2, numa distância aproximada de 40 km do núcleo urbano de Três Lagoas. Teve sua gênese em 2003, no acampamento no

córrego da Moeda. Inicialmente, 362 famílias participaram do movimento, e permaneceram acampadas por três anos, entretanto, no ano de 2006 algumas famílias se deslocaram para o córrego do Pinto, onde permaneceram até o ano de 2008. E por fim, as famílias acamparam na fazenda Arapuá, que foi desapropriada pelo INCRA, onde deu início ao assentamento.

Mapa de Localização do Assentamento 20 de Março, no município de Três Lagoas – MS Figura 2



Fonte: OLIVEIRA (2017, p.37)

O nome do assentamento se refere à data em que conquistaram a terra, 20 de março de 2008, quando foram assentadas 69 famílias em uma área de 1.480,20 ha, sendo destinados para cada família, em média, 13,5 ha.

Entretanto, a luta pela terra perdurou por anos, desde o acampamento no córrego da Moeda, onde permaneceram por cerca de três anos, até a ocupação da fazenda Arapuá. Inclusive depois de assentados a luta continuou, pois ainda faltava a instalação de infraestrutura básica e liberação de crédito para a produção agrícola. Vale ressaltar que reforma agrária não se restringe apenas a desapropriação e o assentamento das famílias, é necessário pôr em prática as leis existentes, que possibilitem ao produtor a sua permanência na terra.

Deste modo, agora com a posse, assentados e assentadas travam uma nova luta tão árdua quanto a anterior: a de permanecer na terra conquistada. Dentre as inúmeras dificuldades que enfrentaram e enfrentam ao longo dos últimos anos, vale ressaltar a demora na instalação de energia elétrica, fato que só ocorreu há menos de dois anos, e também a demora de cerca de um ano e meio para obterem acesso à água. (BORZONE et al, 2018, p.112).

Além da isenção de apoio do Estado, Melo et al (2016) alertam para o fato do assentamento 20 de Março estar na área da territorialização do agronegócio, materializada nas plantações de eucalipto. Além dos entraves à reforma agrária, provocados pelo agronegócio presente na região, os agricultores se deparam com ataque dos animais nas lavouras e hortas em busca de alimentos, já que a região está tomada por eucalipto, o que provoca a expulsão dos animais nativos da área de cerrado. Mesmo com a falta de apoio governamental as famílias do “20 de Março” se mostram resistentes, apresentando uma produção variada, entre hortaliças, legumes e frutas, para subsistência e comercialização, além de criação de gado leiteiro.

Entre os produtos ofertados no assentamento, estão: alface americana, alface crespa, alface roxa, almeirão, couve, cebolinha, salsinha, rúcula, espinafre, repolho, couve-flor, escarola, batata-doce, abóbora, quiabo, mandioca, brócolis, rabanete, beterraba, mamão, maracujá, limão, tomate, banana, hortelã, cenoura, cebola, berinjela, jiló, chuchu, melancia, carambola, laranja, acerola, pimentas, ovos caipira, mel, doces, pães, roscas, queijos, bolos, manteigas, iogurtes, geleias, biscoitos caseiros e chás. Além desta vasta gama de produtos oferecidos, é importante salientar que os produtos oriundos do assentamento 20 de Março estão passando por processo de transição agroecológica.

No “20 de Março” há uma Associação intitulada “Associação dos Agricultores Familiares do 20 de Março”, contando com 49 associados. De acordo com Queiroz (2017), a Associação, aliada aos seus sistemas de cultivo de base agroecológica, vem garantindo a autonomia dos pequenos produtores, com um sistema rentável economicamente.

Também como exemplo de resiliência, os assentados do “20 de Março” usam algumas políticas públicas como, por exemplo, os mercados institucionais: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), fornecendo legumes, frutas e verduras. A Associação também abastece

empresas privadas, como a FIBRIA, a EMPLAL, o Restaurante SOS Nutri, a Metalfrio e o Hotel Vila Romana com a venda de seus produtos. Além desses, a produção do “20 de Março” também é comercializada por meio dos Canais Curtos de Comercialização, o que acontece em forma de feiras no Condomínio Don El Chall e na UFMS, em Três Lagoas.

Na UFMS os produtos são comercializados de duas maneiras: uma é por meio da feira semanal e a outra é através do projeto Sacolas Agroecológicas. Assim, a comunidade três-lagoense passou a ter acesso a produtos saudáveis, na maioria das vezes livres de insumos químicos, além de conhecerem um pouco mais a agricultura familiar do município (figuras 3 e 4).

**Canais Curtos de Comercialização: Feira do Projeto de Extensão Universitário.
(Produtos da Agricultura Familiar, Assentamento 20 de Março) Figura 3**



Fonte: <https://www.facebook.com/agroecologiacptl/photos/pcb.429517794140309/429516714140417/?type=3&theater> Acesso em: 07/10/2018 às 14:58 horas

**Canais Curtos de Comercialização: Feira do Projeto de Extensão Universitário.
(Produtos da Agricultura Familiar, Assentamento 20 de Março) Figura 4**



Fonte: <https://www.facebook.com/agroecologiacptl/photos/pcb.429517794140309/429516790807076/?type=3&theater> Acesso em: 07/10/2018 às 15:00 horas

O perfil produtivo do assentamento é constituído de hortaliças, milho, criação de galinhas caipiras, um viveiro com mudas nativas do cerrado, doadas pela empresa Fibria, em 2013, além de indústria caseira artesanal de um grupo de mulheres do assentamento, resultando na venda de biscoitos, bolos, doces, geleias, queijos e polpas de frutas.

Com todas as adversidades que as famílias do assentamento sofrem, desde a falta de incentivos até o olhar negativo da sociedade em relação a eles, estas se mostram resilientes e, sobretudo, importantes para a microrregião de Três Lagoas, pois sua produção abastece vários municípios.

Apesar de não possuir o devido apoio dos governos – seja municipal, estadual ou federal – e dos órgãos responsáveis pelos P.A's (Projetos de Assentamento), a exemplo do INCRA, estes se mostram socialmente vitais para toda a microrregião de Três Lagoas/MS – composta pelos municípios de Água Clara, Brasilândia, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo e Três Lagoas. São essenciais para a produção de alimentos e reprodução da agricultura familiar e do modo de vida camponês, pois em sua maioria, os assentados conservam práticas ecológicas e sustentáveis em suas propriedades rurais. (BALIEIRO e SILVA, 2016, p. 3).

Como dito anteriormente, dentro desse contexto de busca por novas alternativas de renda, as feiras são importantes canais de comercialização dos produtos oriundos do assentamento, além de uma forma de resistência frente à intensa expansão do agronegócio.

Acreditamos que, historicamente, junto com o desenvolvimento do capitalismo, há novos processos de transformação na base de luta dos movimentos sociais camponeses. A dinâmica dos enfrentamentos não está pautada somente na terra que se manteve cativa, e por isso disputada pela classe dos capitalistas e dos camponeses, mas também na preservação da terra que foi conquistada. (SILVA, 2014, p.156).

Nesse sentido, Queiroz et al (2016) constata que a produção do assentamento 20 de Março passa por transição agroecológica, valorizando os saberes tradicionais dos pequenos agricultores, preservando o solo e a água, a partir de um modelo de produção que respeita a natureza e assegura a soberania alimentar para o campo e para a cidade, além de garantir a reprodução social e econômica desses produtores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reforma agrária, no Brasil, sempre foi relegada a planos secundários, não havendo uma política agrária visando uma melhor distribuição de terras, em um país marcado historicamente pela concentração fundiária. Assim, essa temática sempre chamou a atenção dos pesquisadores nessa área, surgindo importantes abordagens que desdobraram em significativos trabalhos acadêmicos/científicos.

Na Geografia, especialmente na agrária, as discussões se dão em torno da busca pelo entendimento de processos e fatores que abarcam essa questão, desde abordagens em uma escala maior (país ou estado) até em escala menor, como dos assentamentos. Ambos são relevantes e contribuem para uma análise sob a ótica científica do cenário agrário do país.

Diante disso, esse trabalho buscou situar a realidade de um assentamento (20 de Março) num contexto de territorialização do agronegócio, pois o mesmo surgiu em um período de expansão da silvicultura do eucalipto em um município tradicionalmente pecuarista. Esse enfoque nos remete ao entendimento da busca de alternativas de renda que assegurem a manutenção dessas famílias na terra, caracterizando a resistência por nós ressaltada ao longo do artigo.

As atividades desenvolvidas no assentamento estudado apontam para a possibilidade de sobrevivência da agricultura familiar, mesmo nessas áreas de domínio capitalista e, confirma o que foi discutido pelos autores utilizados na pesquisa: a resistência e a importância desse modo de produção para o país.

Portanto, foi possível perceber que os pequenos produtores do assentamento 20 de Março buscam formas de se manterem na terra, exemplo da luta travada para resistirem perante um cenário de intenso avanço do agronegócio no município e região, com destaque para os canais curtos de comercialização de seus produtos e o fornecimento para os programas PAA e PNAE.

Entretanto, apesar da resistência dos agricultores familiares, o último ano tem sido de ataques e retrocessos para a reforma agrária, agricultura familiar e para os movimentos sociais.

Com isso, esperamos ter contribuído com as pesquisas nessa área e reforçado a importância dos assentamentos como instrumentos de resistência para a efetivação de uma reforma agrária justa e igualitária, neste país de extrema desigualdade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. A. de (org.) **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande/MS: UFMS, 2008.

BALIEIRO, A. B. B; SILVA, I. M. B. **A trajetória das famílias camponesas perante a transição socioeconômica ocorrida no município de Três Lagoas/MS**. In: Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos, São Luís, 2016.

BORZONE, C. V.; MEDEIROS, G. N. A Participação das mulheres nos espaços políticos do projeto de assentamento 20 de Março (Três Lagoas/MS). In: **Revista Eletrônica AGB-TL**, n. 27, p.107-119, 2018.

CAMACHO, R. S. A Barbárie Moderna do Agronegócio-Latifundiário-Exportador e suas Implicações Socioambientais. In: **Revista Agrária** (São Paulo. Online), 2010.

_____. A histórica concentração fundiária do Brasil: Estudo de caso do Município de Paulicéia/SP. **Revista Geografia em Questão**, v. 4, n. 1, 2011.

CUNHA, J. M. P. da. **A migração no Centro-Oeste brasileiro no período 1970-96: o esgotamento de um processo de ocupação**. Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos de População, 2002.

FABRINI, J, E. A posse da terra e o sem-terra no Sul de Mato Grosso do Sul: O Caso Itaquiraí. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Unesp, 1996.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados demográficos preliminares**, 2017. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 06 de outubro de 2019.

KUDLAVICZ, M. **Dinâmica Agrária e a Territorialização do Complexo Celulose/Papel na Microrregião de Três Lagoas/MS**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Três Lagoas: CPTL/UFMS, 2011.

MELO, D. S; OLIVEIRA M. S. A questão agrária no território rural do Bolsão/MS: Algumas aproximações. In: **Revista Cerrados**, Montes Claros, v.14, n.1, p.140-164, jan/jun-2016.

MOREIRA, E; TARGINO, I. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. In: **Revista Nera**, n. 10, p. 72-93, 2012.

MOTTA, M. M. M. Lei e justiça: Conflitos e grilagens em 2006 – Apontamentos iniciais. In: **Conflitos no Campo Brasil 2006/CPT**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2007, p. 170-175.

NARDOQUE, S; KUDLAVICZ, M. Reforma Agrária e Desconcentração Fundiária em Mato Grosso Do Sul: Proposta Metodológica. In: **Geografia em Questão**, v. 12, n. 2. 2013.

PAVÃO, E. S. **Formação, Estrutura e dinâmica da Economia de Mato Grosso do Sul no contexto das transformações da Economia Brasileira**. Dissertação (mestrado em Economia) Florianópolis, UFSC, Centro Sócio-Econômico, 2005. 239 .

QUEIROZ, J. V.; BORZONE, C. V.; LUIZ, L. F. Agricultura Familiar Camponesa em Três Lagoas-MS: Experiências de Transição Agroecológica e Soberania Alimentar. In: **Cadernos de Agroecologia**, n. v. 2017.

SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SILVA, M. O. de. **A (RE)criação do Campesinato no Contexto das Políticas Públicas e nas Situações de Bloqueio: Cáceres/MT, Três Lagoas/MS e Selvíria/MS**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Três Lagoas: CPTL/UFMS, 2014.

STEDILE, J. P. **A sociedade deve decidir o modelo agrícola para o país**. São Paulo: Casa Amarela, 2006.

TEIXEIRA, J. C. A inserção do estado de Mato Grosso do Sul na modernização da agricultura brasileira. In: **Anais do Simpósio Nacional de Geografia Agrária**, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2009.

TEIXEIRA, J. C.; HESPANHOL, A. N. A Região Centro-Oeste no contexto das mudanças ocorridas no período pós-1960. In: **Revista Eletrônica AGB-TL**, Três Lagoas, v. 1, n. 3, p. 52-66, 2006.

Recebido em: 09 de outubro de 2019.

Publicado em: 30 de novembro de 2019.